



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII Legislatura

Declaração Política
Paulo Valadão
Política Agrícola – 2003/01/21

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

O sector primário continua a ser aquele que na nossa Região maior importância tem para um desenvolvimento equilibrado e sustentado desta economia de pequenas dimensões, integrada num cada vez maior espaço – o da Europa comunitária – que quanto maior se tornar, maiores serão também as dificuldades com que nos iremos defrontar.

A nossa riqueza provém fundamentalmente e em primeiro lugar do leite e seus derivados e em segundo lugar da carne de bovino. E, hoje, que conseguimos produzir com alguma qualidade, continuamos a sofrer de estrangulamentos às vezes assustadores.

É o problema da quota do leite, o qual dá sintomas de eternizar-se, e agora sempre que se aproxima o mês de Março reina o espectro das multas que ameaçam muitas vezes aqueles que melhor produzem, porque também produziram acima do que lhes foi concedido, e para muitos só é apontada uma solução — o abate de vacas. Não apenas daquelas que tradicionalmente eram consideradas de refúgio por estarem em fase final de boa produção, sendo muitas vezes essa solução apontada porque há excesso de produção de leite. Para agravar a situação, as 73.000 toneladas que beneficiam presentemente os agricultores desta Região, continuam a ser uma quota não consolidada e, por isso, sem as garantias de que permanecerá e de que será acrescentada à quota que nos foi atribuída.

É o problema das vacas de refugio que devem sair das explorações, tanto das de leite, como das de carne, as quais por estarem em fase final de produção, numa gestão correcta da exploração, devem ser substituídas por primíparas; mas, agora, a estas, como já referi, vêm juntar-se as fêmeas cuja vida útil ainda não terminou, mas que têm de ser abatidas, em função da gestão da quota. Acontece que estes animais, embora adultos, podem e devem ser utilizados para consumo e a sua venda deveria ser rentável para o produtor, mas infelizmente nesta Região cada vez mais deixou de sê-lo. E, mais uma vez, presentemente, essas vacas são vendidas ao desbarato. Embora se sinta o esforço dos produtores e seus representantes, no sentido de resolverem a situação, a realidade é que os preços praticados são diminutos e incertos. Mas, neste capítulo, considerámos que o Governo Regional deveria partilhar das preocupações dos agricultores e das suas associações e contribuir seriamente para a resolução do problema, o que não nos parece estar a acontecer. Esta Região não precisa de um Governo Regional para lavar as mãos quando as questões são complicadas.

É certo que está a haver abate e exportação de carne de vaca, mas é necessário que se encontrem mercados que valorizem essa carne, e mesmo o estabelecimento de circuitos e a procura de novos mercados, e é fundamental a intervenção conjunta dos produtores e dos responsáveis pela Região. Pior situação, ainda, foi a dos agricultores que em Novembro e Dezembro, em algumas ilhas, inscreveram as vacas nas Associações Agrícolas, entregaram-nas no Matadouro, onde elas foram abatidas para serem enterradas e vão tão somente receber o prémio ao abate ou pouco mais. Num Mundo em que continua a faltar tanta proteína, em que todos os dias há pessoas a morrer de fome, não temos o direito de destruir carne de vaca, que podia e devia ser utilizada para o consumo humano. Este tipo de política prejudica, em primeiro lugar, os agricultores, porque recebem pelo animal um valor ridículo; e, é um atentado contra aqueles que têm dificuldades em se alimentarem. Esta, aliás, é uma questão que o Governo

Regional tem o dever de pormenorizadamente esclarecer perante esta Assembleia, por isso, apelo ao Senhor Secretário Regional da Agricultura que efectivamente esclareça tudo o que se passou em Novembro e Dezembro relativamente ao abate destas vacas de refugo, cujo destino foi uma vala comum ou um aterro sanitário.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Ainda relativamente à carne de vaca será fundamental que na Região, cada vez mais, se incentive a sua utilização na indústria alimentar, criando condições para que simultaneamente o preço ao produtor seja minimamente compensador e o preço dos produtos reflecta o facto de não existir custo de transporte do exterior. Também sob este aspecto é fundamental que a Região tenha uma política sobre a matéria e espero que o Senhor Secretário Regional esclareça o que está a ser feito ou pensado no sentido de dinamizar estas indústrias na Região.